



LITERATURA
A inconfidente
Cecília Meireles

ENTREVISTA
Sílvia Rulcks,
embaixadora da
ONU no Brasil



ANO XXVIII
SETEMBRO / 2024
EDIÇÃO 23



GOVERNANÇA, EMPRESAS & NEGÓCIOS

Brasil S/A

EDIÇÃO DIGITAL ONLINE

INDÚSTRIA SUSTENTÁVEL

**90% das médias e grandes indústrias
possuem ações ambientais**



NÃO VENDO MEU VOTO

COMPRAMOS
SEU VOTO!



ACESSE
OS CANAIS DE
COMUNICAÇÃO
DA ALMT.



AS ELEIÇÕES ESTÃO CHEGANDO. E NESTE PERÍODO, ALGUNS
CANDIDATOS OFERECEM COMIDA, GASOLINA, ÓCULOS E ATÉ DINHEIRO.
COMPRAR OU VENDER VOTO É CRIME.

ART3C



ALMT
Assembleia Legislativa

Perto de você para a mudança acontecer.

Indústria e comércio: um exemplo para o agronegócio

Noventa por cento das indústrias brasileiras promovem algum tipo de ação voltada para a preservação ambiental. São iniciativas de vários modelos, a começar pela reciclagem, mas passando ainda por ações de mitigação dos efeitos em geral nocivos para o meio ambiente provocados pela atividade industrial.

Este é o tema central da reportagem de capa desta edição da sua revista RDM Brasil. A indústria brasileira, que vem experimentando um bom crescimento, especialmente a partir da gestão do vice-presidente da República, Geraldo Alckmin, à frente do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio de Bens e Serviços (MDIC).

Por falar em “Comércio de serviços”, este é outro setor da economia nacional que vem experimentando crescimento após crescimento, contribuindo sensivelmente para o incremento do nosso Produto Interno Bruto (PIB), deixando o agronegócio para trás nos últimos meses. Não se deve descartar a importância de nenhum setor econômico, pois cada um tem seu nível de contribuição na economia.

Contudo, devem-se observar algumas questões importantes: responsabilidade ambiental e social. Neste último caso, só para ficar nele, por enquanto: geração de emprego e renda e garantia de segurança alimentar.

João Orozimbo Negrão
Coordenador Editorial do Grupo Rede de Mídias



ÍNDICE | Setembro 2024



30 | LITERATURA
A inconfidente
Cecília Meireles

- 06 | **OPINIÃO** | José Roberto Tadros
- 08 | **BASTIDORES DA REPÚBLICA** | João Pedro Marques
- 10 | **ENTREVISTA** | Sílvia Rulcks, embaixadora da ONU
- 14 | **INDÚSTRIA E MEIO AMBIENTE**
- 20 | **IMPEACHMENT DE ALEXANDRE DE MORAES**
- 22 | **SECA EM TERRAS INDÍGENAS**
- 26 | **IGUALDADES SALARIAIS**
- 28 | **GRAVIDEZ NA ADOLESCÊNCIA**
- 30 | **A INCONFIDENTE CECÍLIA MEIRELES**

CEO
João Pedro Marques

DIRETOR PRESIDENTE
Artur Fonseca Dias

DIRETORA EXECUTIVA
Shelry Pereira

DIRETOR DE REDAÇÃO
João Orozimbo Negrão

EDITORA
Vanessa Moreno

EDITOR DE ARTE
Marco Antonio Raimundo

REVISÃO TEXTUAL
Doralice Jacomazi

REDAÇÃO
Repórteres: Carolina da Costa Lima, Humberto Azevedo, Jean Gusmão.

CONSELHO EDITORIAL
João Pedro Marques (coordenador), João Negrão (presidente), Shelry Pereira, Vanessa Moreno e Márcio Brandão do Carmo.

NESTA EDIÇÃO

TEXTOS
CARMEN NERY, CLAUDIA COSTA, DANIELLA ALMEIDA, HUMBERTO AZEVEDO, JOÃO PEDRO MARQUES, JOSÉ ROBERTO TADROS, JULIE PEREIRA, MARCELO AITH, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE.

FOTOS
VALTER CAMPANATO, VITOR VASCONCELOS, JORNAL DA USP, AGÊNCIA BRASIL, AGÊNCIA CÂMARA, AGÊNCIA SENADO, AGÊNCIA DE NOTÍCIAS IBGE, SECOM-PR.

RDM MATO BRASIL S/A NÃO SE RESPONSABILIZA POR MATÉRIAS E ARTIGOS ASSINADOS, QUE NÃO REFLETEM NECESSARIAMENTE A OPINIÃO DA REVISTA. AS MATÉRIAS ESPECIAIS PUBLICADAS NA RDM SÃO DE COLABORAÇÃO DE SEUS AUTORES E CEDIDAS ESPONTANEAMENTE, SEM FINS LUCRATIVOS.

REDAÇÃO:
(65) 3623-1170 / 3622-2310 - redação@revistardm.com.br

COMERCIAL/MÍDIA:
ARTUR DIAS DA FONSECA NETO
(65) 3623-1170 - (65) 99682-1470
midia@revistardm.com.br
comercial@revistardm.com.br

ADMINISTRATIVO CENTRAL
(65) 3623-1170

DISTRIBUIÇÃO/CIRCULAÇÃO
ADEMIR KUHNEN GALITZKI

A REVISTA RDM BRASIL S/A É UMA PUBLICAÇÃO

MT ^{POR}
ELAS

PROGRAMA
SER
Família
Mulher



Tipos de violência
contra a mulher

NÃO
É NÃO

- + Se ele te xinga, **É VIOLÊNCIA PSICOLÓGICA.**
- + Se ele fala mal de você pros outros, **É VIOLÊNCIA MORAL.**
- + Se ele te empurra ou te bate, **É VIOLÊNCIA FÍSICA.**
- + Se ele te força a ter relações, **É VIOLÊNCIA SEXUAL.**
- + Se ele fica com seu dinheiro, **É VIOLÊNCIA PATRIMONIAL.**

Enfrenta uma ou mais situações como essas?
O Governo de Mato Grosso está pronto para te acolher.

Mais informações:
setasc.mt.gov.br



Denuncie **180** Emergência **190**



**Governo de
Mato
Grosso**



Senac: Educação Profissional que vale Ouro!

*José Roberto Tadros é presidente do Sistema CNC-Sesc-Senac

Em uma época de grandes transformações no mundo do trabalho, resultantes da evolução tecnológica e do surgimento de novas profissões, há necessidade cada vez maior da busca por qualificação e atualização profissional. O mercado é altamente competitivo, seletivo e dinâmico. E neste contexto, destaco o papel fundamental do Serviço Nacional de Aprendizagem Comercial (Senac) na formação de mão de obra qualificada no Brasil.

O Senac foca na Educação Profissional, no desenvolvimento de competências práticas e teóricas alinhadas às reais necessidades das empresas. É sempre bom lembrar que as empresas precisam mais e mais de profissionais bem treinados e atentos às novidades do mercado, capazes de adotar e implementar novas soluções e melhorias para impulsionar o sucesso dos empreendimentos.

A participação vitoriosa do Senac na 47ª edição da WorldSkills, maior competição de educação profissional do mundo, na França, comprova que estamos no caminho certo, em busca do melhor ensino profissional e atento às demandas do mercado. Trouxemos medalhas de ouro, de prata e de excelência para o Brasil!

Criado há 78, o Senac é instituição privada, sem fins lucrativos, com mais de 76 milhões de atendimentos. Somente em 2023, mais de dois milhões de brasileiros foram atendidos e 70% conseguiram uma colocação no mercado de trabalho. Atualmente, oferece mais de mil cursos e programas de formação voltados para o setor do Comércio de Bens, Serviços e Turismo. São cursos para ocupações de baixa complexidade, passando pelo ensino técnico, ensino superior e educação profissional, com aperfeiçoamentos, especializações, certificações, extensões e pós-graduações.

O Senac faz parte do Sistema Comércio e realiza parcerias com empresas e organizações para desenvolver projetos conjuntos, garantindo estágios e programas de formação que atendam às demandas específicas dos diversos setores produtivos. Um exemplo são os Fóruns Setoriais que ocorrem periodicamente, reunindo profissionais, empresas e especialistas para debater tendências, desafios e oportunidades

naqueles setores. Toda essa troca de conhecimentos resulta em pesquisas sobre mercado de trabalho muito úteis para as empresas.

É importante lembrar que 23 de setembro é o Dia Nacional da Educação Profissional e Tecnológica. Nada melhor, portanto, ressaltar nesta data a enorme contribuição do Senac na formação profissional de tantos brasileiros e no sucesso de nossas empresas.

E ainda tem mais. O Senac também se dedica a promover a inclusão social e o acesso à Educação Profissional de pessoas de baixa renda. Dois terços de nossa receita são destinados ao Programa Senac de Gratuidade (PSG), que já beneficiou mais de 4,4

“Os números comprovam o reconhecimento dos cursos do Senac por empresas e instituições: 87,9% dos empregadores consideram o certificado do Senac um diferencial positivo no momento da contratação e 94,2% das empresas consideram o Senac importante para o Brasil”

milhões de indivíduos desde a sua criação, há 15 anos. São cursos gratuitos e até mesmo vale-transporte oferecidos para facilitar o acesso às aulas; oportunidades valiosas que permitem a todos conseguir um emprego melhor ou avançar na carreira, reduzindo desta forma o desemprego e o subemprego no país.

Sem dúvida, o Senac desempenha um papel crucial na formação profissional dos brasileiros e no fortalecimento das empresas. Graças aos nossos cursos e ao trabalho incansável de nossos educadores, milhões de pessoas já usufruem de melhor qualidade de vida em nosso país. Para os trabalhadores, é mais emprego, melhores salários, maiores chances profissionais. Para as empresas, significa aumento de qualidade e produtividade, além de maior competitividade no mercado. ●

VOCÊ PODE
SER MUITOS.



REINVENTE-SE.

CASA  PRADO

Brasileiros têm até 16/10 para resgatar 'dinheiro esquecido' em bancos

Os brasileiros com “dinheiro esquecido” no Sistema de Valores a Receber (SVR) do Banco Central têm até o dia 16 de outubro para sacar os valores. Segundo a autoridade monetária, estão disponíveis R\$ 8,56 bilhões. Depois desse prazo, o caminho para resgatar os recursos fica mais burocrático. Quem não resgatar o dinheiro até aquela data terá 30 dias para contestar o recolhimento dos recursos pelo Tesouro Nacional, a contar da data de publicação de edital pela pasta. Isso porque, no último dia 16 de setembro, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva sancionou a lei que permite ao governo usar esses recursos como uma das formas de compensar as perdas tributárias com a manutenção da desoneração da folha de pagamentos de 17 setores econômicos. O projeto, que já havia sido aprovado pelo Congresso Nacional, estabelece que o dinheiro esquecido não resgatado por pessoas físicas e jurídicas poderá ser incorporado pelo Tesouro Nacional.



Divulgação



Promulgada EC que permite reeleição em tribunais de Justiça

O Congresso promulgou a Emenda Constitucional (EC) 134, que estabelece regras para eleição nos órgãos diretivos dos tribunais de Justiça com mais de 170 desembargadores em efetivo exercício, permitindo a reeleição nesses tribunais. A medida teve origem em Proposta de Emenda à Constituição (PEC 26/2022) aprovada em agosto no Senado. A mudança atinge atualmente as Justiças estaduais de São Paulo e do Rio de Janeiro.

PGR mantém denúncia que tornou Moro réu por caluniar Gilmar

A Procuradoria-Geral da República (PGR) manifestou-se favorável à continuidade do processo contra o ex-juiz e atual senador **Sergio Moro** (União Brasil-PR), que é acusado de caluniar o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF) **Gilmar Mendes**. O procurador-geral da República, Paulo Gonet, enviou um documento à ministra Cármen Lúcia, relatora do caso, reforçando a denúncia da PGR e recomendando a rejeição do recurso da defesa de Moro, que tenta encerrar o processo. Na apelação, formulada em forma de embargos de declaração, Moro e sua equipe jurídica argumentam que não há provas suficientes de que ele tenha sido responsável pela produção do vídeo que fundamenta a acusação de calúnia contra Gilmar Mendes. Segundo a defesa, o senador sequer estava ciente da existência das imagens.



Divulgação



Saúde intensificará ações para mitigar efeito de queimadas e seca

A ministra da Saúde, **Nísia Trindade**, anunciou que vai intensificar os trabalhos da Sala de Situação Nacional de Emergências Climáticas em Saúde, diante do atual quadro de secas, queimadas e demais ocorrências geradas pelas mudanças no clima. A Sala de Situação existe desde junho e tem como objetivo planejar, organizar, coordenar e controlar as medidas a serem empregadas em momentos de urgência. O excesso de fuligem e fumaça no ar, associado ao clima seco, pode provocar mal-estar a muitas pessoas, em especial, crianças e idosos. Especialistas têm apontado preocupação com a saúde da população diante do agravamento dos cenários de seca.



Divulgação

Lula propõe convocar conferência para revisar Carta da ONU

O presidente **Luiz Inácio Lula da Silva** voltou a defender uma reforma ampla da Organização das Nações Unidas (ONU) e afirmou que o Brasil considera convocar uma conferência internacional para revisar a Carta da ONU como parte dos esforços de remodelar o organismo multilateral. Durante reunião ministerial do G20 em Nova York às margens da Assembleia Geral das Nações Unidas, Lula reiterou pontos que defendeu na véspera em seu discurso à Assembleia, como uma maior representação da África e da América Latina no Conselho de Segurança da ONU.



Divulgação

DITO & FEITO

“A inflação segue absolutamente sob controle no Brasil! O IPCA-15 de setembro registrou variação de apenas 0,13%, abaixo do piso das expectativas de mercado, que iam de 0,18% a 0,33%, com mediana de 0,28%. Em 12 meses, a inflação caiu para 4,1% em setembro, ante 4,4% em agosto. Uma excelente notícia para todos os brasileiros!”

Geraldo Alckmin, vice-presidente da República e ministro da Indústria, Comércio e Serviços

“Tenho certeza de que o governo federal, ao tratar desse tema, levará em consideração a proteção dos mais vulneráveis e os impactos sociais que possam surgir. Nosso foco permanece firme: garantir que o Bolsa Família continue sendo um instrumento eficaz de combate à pobreza e à insegurança alimentar. Faremos tudo o que estiver ao nosso alcance para que esse objetivo se mantenha”

Wellington Dias, ministro do Desenvolvimento e Assistência Social, Família e Combate à Fome, após o Banco Central divulgar que beneficiários do Bolsa Família gastaram R\$ 3 bilhões em bets em agosto



“Depende de nós evitar que em 50 anos a Amazônia se torne inabitável”

A representante das Nações Unidas afirmou, em entrevista exclusiva ao portal RDMNews, que a revista RDM Brasil reproduz nesta edição

Por **Humberto Azevedo**

A embaixadora da Organização das Nações Unidas (ONU) no Brasil, Sílvia Rulcks, afirmou com exclusividade para o portal RDMNews, que “depende de nós” evitar que em 50 anos a Amazônia se torne inabitável – conforme consta de um relatório apresentado pela Agência Espacial dos Estados Unidos da América (Nasa), devido aos efeitos e consequências do aquecimento global.

A declaração de Sílvia Rulcks aconteceu após ser questionada sobre levantamento realizado pela Nasa e divulgado há três semanas. Sílvia é a coordenadora residente no Brasil e preside o escritório de representação da ONU no país desde abril de 2021. Entre suas principais funções, estão definir estratégias, coordenar o trabalho da equipe das Nações Unidas e compartilhar informações entre todos os seus participantes. Ainda, é responsável pela elaboração de iniciativas conjuntas entre os diversos escritórios da ONU, avaliar o trabalho realizado no país e coordenar a

ação dos diversos grupos interagenciais.

“Seu principal objetivo é maximizar, de maneira coordenada, o trabalho da ONU, para que o Sistema possa proporcionar uma resposta coletiva, coerente e integrada às prioridades e necessidades nacionais, no marco dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e dos demais compromissos internacionais”, informa a página da ONU no Brasil das atividades exercidas pela uruguaia Sílvia Rulcks.

Entre agosto de 2016 e abril de 2021, Rulcks exerceu esta mesma função no Chile, onde também serviu como representante do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Anteriormente, foi representante do PNUD no México, coordenadora residente da ONU na Nicarágua, diretora do PNUD na Colômbia e vice-representante no Peru e na Argentina.

“O foco é como melhorar as condições de vida das pessoas. Tem que proteger, melhorar a vida das pessoas que cuidam da Amazônia e dos seus recursos”.

Sílvia Rulcks acumula mais de 30 anos de experiência em várias agências da ONU. Ela serviu também em países como Cuba, El Salvador, Guatemala, Uruguai e na sede da entidade em Nova Iorque, nos Estados Unidos da América (EUA). Sua atuação é focada na governança democrática, meio ambiente, inclusão e igualdade, direitos humanos, gerenciamento de risco e resposta a desastres, prevenção e resolução de conflitos e igualdade de gênero.

“Eu acho que a Nasa está colocando que se vocês ficarem assim, ou seja, com a mesma tendência e o mesmo tipo de ações, esse poderia ser o resultado”, afirma ela.

É graduada em engenharia da Ciência da Computação e Tecnologia da Informação pela Universidad del Valle, da Guatemala, tem mestrado em Administração e Gerenciamento de Negócios pela Universidad Centroamericana José Simeón Cañas, de El Salvador, e pós-graduação em Gerenciamento pela University of New York. É fluente em inglês, italiano, português e espanhol.

“Eu realmente acho que temos

“A gente vem acompanhando o trabalho dos nove estados, mas, particularmente, do consórcio interestadual desde 2021. Então, dá para ver essa evolução no trabalho”

Sílvia Rulcks: “Hoje temos 29 milhões de pessoas que apresentam indicadores econômicos e sociais terríveis. Tem um bioma muito rico e tem pessoas que não mostram os mesmos indicadores de riqueza”





alguns resultados que finalmente nos dão esperança. Vimos a diferença de um consórcio interestadual, que agora completou cinco anos”, comenta.

RDMNews: Qual a sua avaliação do 28º fórum dos governadores da Amazônia Legal? Houve uma sinergia entre a exploração e o desenvolvimento econômico com a necessidade de preservação ambiental?

Sílvia Rulcks: Bem, como sistema das Nações Unidas no Brasil, a gente vem acompanhando o trabalho dos nove estados, mas, particularmente, do consórcio interestadual desde 2021. Então, dá para ver essa evolução no trabalho. Por exemplo, a gente começou oferecendo cooperação, assessoria técnica para elaboração do plano de recuperação. Foi assim que começamos mais este trabalho em conjunto com o sistema ONU, especialmente via agências, fundos e programas que têm dados especializados. Nós temos, por exemplo, a FAO [programa da ONU para agricultura e alimentação], e o programa ambiental das Nações Unidas, mas também 17 agências que colaboram. Aí nasceu a ideia, vamos trabalhar ainda mais juntos, não? E pensamos na criação de um fundo como mecanismo programático-financeiro para receber

“Pensamos na criação de um fundo como mecanismo programático-financeiro para receber proposta de desenvolvimento sustentável e financiamento para apoiar os esforços [de preservação] da Amazônia Legal”

proposta de desenvolvimento sustentável e financiamento para apoiar os esforços [de preservação] da Amazônia Legal.

RDMNews: Ainda sobre a questão do financiamento, além do fundo Amazônia, o próprio consórcio formado pelos estados brasileiros que integram a Amazônia Legal vai instituir um fundo próprio para promover o desenvolvimento da região. Mas é fato que o dinheiro para garantir o desenvolvimento e as ações de preservação não está chegando. O próprio presidente Lula falou da necessidade dos países mais ricos ajudarem os amazônidas em ações sustentáveis que preservem a floresta. Como resolver esta questão?

Sílvia Rulcks: Bem, a gente sabe. O Brasil tinha o fundo Amazônia. Mesmo assim, como sistema ONU e trabalhando conjuntamente no plano federal,

onde são três Ministérios: os ministérios das Relações Exteriores, do Planejamento e Orçamento e do Desenvolvimento Social, além do consórcio da Amazônia Legal, pensávamos que a região precisava de um fundo para complementar esses esforços. Não, porque a gente sabe que o fundo Amazônia tem um foco na parte de desmatamento. É uma questão bem ambiental e bem concreta. Mas, como falamos, hoje temos 29 milhões de pessoas que apresentam indicadores econômicos e sociais terríveis. Então, tem um bioma muito rico e tem pessoas que não mostram os mesmos indicadores de riqueza. Isso é injustiça ambiental. As linhas estratégicas do fundo Brasil-ONU têm foco em melhorar as condições de vida das pessoas, no âmbito econômico e social. As propostas que já recebemos são para melhorar a saúde, a educação, e temas de combate ao crime ambiental e



crime organizado. Tem um número importante de propostas de diferentes tipos. Mas o foco é como melhorar as condições de vida das pessoas. Tem que proteger, melhorar a vida das pessoas que cuidam da Amazônia e dos seus recursos.

RDMNews: Agora, como a senhora viu esse levantamento da Agência Espacial dos Estados Unidos da América (Nasa) apresentado há três semanas, de que se nada for feito mantendo a atual programação de produção, daqui a 50 anos a região amazônica e parte do território brasileiro, incluindo os estados que possuem o Cerrado, estarão totalmente inabitados?

Silvia Rulcks: Olha, isso foi um assunto que apareceu muito nas reuniões bilaterais com os governadores. Porque eu tive várias reuniões e conversas, e todo mundo me apresentou o mesmo [levantamento] e que é, obvia-

mente, um assunto que está preocupando. A minha resposta é: depende de nós. Depende do trabalho da gente. Eu, que trabalho nas Nações Unidas, falo que a esperança é o primeiro requisito. Eu tenho esperança, mas acredito que não será com apenas esperança, tem que ser com trabalho, com vontade política. Como falou o secretário-geral das Nações Unidas – Antonio Guterres, eu acredito que temos conhecimento e tecnologia, mas precisamos de vontade política, não apenas para reverter algumas ações, mas também para unir esforços e realmente implementar um modelo de desenvolvimento sustentável. Eu acho que a Nasa está colocando que, se vocês ficarem assim, ou seja, com a mesma tendência e o mesmo tipo de ações, esse poderia ser o resultado. Esse é um cenário. Mas eu quero acreditar que temos outro que pode ser o resultado de um trabalho coletivo, conjunto, de investimento, de aumentar recursos,

mas especialmente de decisões claras com vontade política para construir um modelo de desenvolvimento não apenas mais sustentável, mas também mais justo e igualitário.

RDMNews: Para encerrar, como a senhora vê nestas últimas décadas até hoje, 2024, a questão da preservação da Amazônia, do que foi e do que precisa ser feito?

Silvia Rulcks: Bom, eu realmente acho que temos alguns resultados que finalmente nos dão esperança. Vimos a diferença de um consórcio interestadual, que agora completou cinco anos. Veja os acordos que apresentaram hoje. Logicamente, eu, trabalhando para as Nações Unidas, acredito que, quando os países trabalham juntos, as coisas melhoram. Os estados trabalhando juntos melhoram e vão melhorar. Realmente, uma questão de seguir nesse caminho de construção coletiva em que se trabalha o conjunto e esperamos que, com o acompanhamento das organizações que estão oferecendo assessoria técnica, a gente tem agora 19 agências contribuindo com o conhecimento, com metodologia, com tecnologia. Novamente, é uma questão de imaginar um futuro melhor, mas com todos os esforços para ir para lá. ●

“É injustiça ambiental. Então, as linhas estratégicas do fundo Brasil-ONU têm foco em melhorar as condições de vida das pessoas. No âmbito econômico e social”



“Vale destacar que, em geral, as práticas são realizadas a partir de um plano estruturado de ação e grande parte das empresas realiza dispêndios nos temas materiais relacionados. Mais de 60% das empresas realizam pelo menos quatro temas materiais simultaneamente”

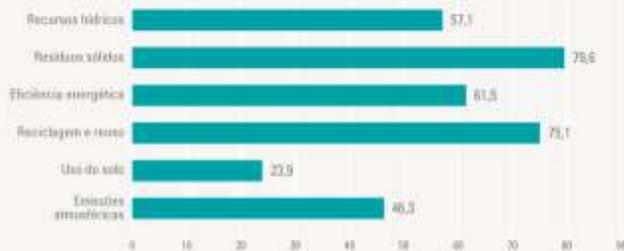
Nove em cada dez médias e grandes indústrias implementaram iniciativas ou práticas ambientais

Iniciativas mais frequentes são relacionadas a resíduos sólidos, reciclagem e reuso e eficiência energética; setor de fabricação de bebidas é o que mais investe na área

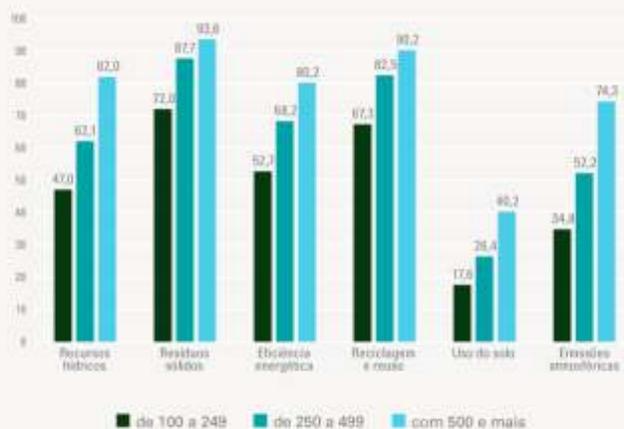


Empresas que possuíam iniciativas/práticas ambientais (%) Brasil - 2023

Por tema material, para o total da Indústria



Por tema material, segundo faixa de pessoal ocupado, para o total da Indústria



Fonte: Pesquisa de Inovação Semestral - PINTEC 2023 - Indicadores Temáticos - Práticas Ambientais e Biotecnologia

Estadísticas Experimentais

AGÊNCIA IBGE

IBGE

Por **Carmen Nery**,
da Agência de Notícias IBGE

Em 2023, 89,1% (8.758) das 9.827 empresas industriais com 100 ou mais pessoas ocupadas realizaram pelo menos uma iniciativa ou prática ambiental, sendo as relacionadas a resíduos sólidos a mais declarada (79,6%). Os demais temas das iniciativas e práticas ambientais investigadas foram: reciclagem e reuso (75,1%), eficiência energética (61,5%), recursos hídricos (57,1%), emissões atmosféricas (46,3%) e uso do solo (23,9%).

Os dados inéditos são do módulo temático de Práticas Ambientais e Biotecnologia da Pesquisa de Inovação Semestral (PINTEC 2023), que investiga, também, políticas públicas relacionadas ao tema. A pesquisa experimental

é realizada em parceria com a Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). A pesquisa foi divulgada no dia 18 de setembro, na Casa Brasil-IBGE, no Rio de Janeiro (RJ). O evento também foi transmitido pelas redes sociais oficiais do Instituto (YouTube, Instagram, Facebook e TikTok).

“A pesquisa foi a campo no primeiro semestre de 2024 para colher dados de 2023 sobre o tema de iniciativas e práticas ambientais, com o objetivo de traçar um panorama da adoção de práticas ambientais relacionadas aos processos produtivos de empresas industriais que visam diminuir o impacto negativo ao meio ambiente. Não é uma pesquisa sobre sustentabilidade, conceito mais amplo que abrange também os aspectos

sociais, econômicos e institucionais”, explica o gerente de Pesquisas Temáticas, Flávio José Marques Peixoto, que lembra, ainda, que em 2017 a PINTEC trienal fez um módulo de inovação ambiental.

Do total de 8.758 empresas industriais que utilizaram pelo menos uma das iniciativas investigadas, a maioria (mais de 60%) utilizou pelo menos quatro temas investigados e 18,0% implementaram todos os seis temas. Apenas 9,7% adotaram somente um tema, a maior parte, empresas de menor porte.

REGULAÇÃO AINDA É A POLÍTICA PÚBLICA COM OS MAIORES RESULTADOS

Das empresas com iniciativas/práticas ambientais, 53,0% foram

influenciadas pela regulamentação, especialmente nos temas de resíduos sólidos, recursos hídricos, emissões atmosféricas e uso do solo.

Apenas 1.984 empresas (22,7%), dentre as 8.758 com iniciativa ou práticas ambientais, foram influenciadas por políticas públicas de incentivo.

“Os instrumentos de financiamento público voltados para estimular as iniciativas e práticas ambientais relacionadas à eficiência energética foram considerados os relativamente mais adequados em todos os quesitos analisados. Verifica-se amplo espaço para o aumento da influência dos incentivos públicos voltados para as iniciativas e práticas ambientais, uma vez que mais de 80% das empresas não utilizaram e/ou não conhecem os incentivos”, ressalta Peixoto.

FABRICAÇÃO DE BEBIDAS É A ATIVIDADE QUE MAIS REALIZA PRÁTICAS AMBIENTAIS

Em termos setoriais, as atividades que mais implementaram iniciativas e práticas foram: Fabricação de bebidas, que lidera os rankings de atividades relacionadas a recursos hídricos (93,3%), eficiência energética (87%), reciclagem e reuso (93,4%), que e tem a segunda posição em resíduos sólidos (93,4%) atrás apenas de produtos farmacêuticos e químicos (94,4%); e Refino e derivados de petróleo, coque e biocombustíveis, destaque em uso do solo (83,5%) e emissões atmosféricas (82,7%). Por outro lado, as que menos realizaram práticas ambientais foram: Confecção de artigos do vestuário e acessórios (26,8% em recursos hídricos; 65,3% em resíduos sólidos; 50,8% em reciclagem e reuso; 1,3% em uso do solo e 17,7% em emissões atmosféricas) e Manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos (28,2% em recursos hídricos; 43,2% em resíduos sólidos; 31,7% em eficiência energética; 41,4% em reciclagem e reuso; 26,3% em emissões atmosféricas).

“Uma atividade como a de manutenção, reparação e instalação de máquinas e equipamentos é natural ser menos ativa nas práticas ambientais, por se tratar de uma atividade mais de serviços industriais do que de transformação”, destaca Peixoto.



“A pesquisa foi a campo no primeiro semestre de 2024 para colher dados de 2023 sobre o tema de iniciativas e práticas ambientais, com o objetivo de traçar um panorama da adoção de práticas ambientais relacionadas aos processos produtivos de empresas industriais que visam diminuir o impacto negativo ao meio ambiente”

DAS 9.827 EMPRESAS INVESTIGADAS, 73,2% TIVERAM DISPÊNDIOS NA ÁREA AMBIENTAL E A MAIOR PARTE PRETENDE MANTÊ-LOS

Em relação à aplicação de recursos, das 9.827 empresas, 73,2% (7.194) realizaram dispêndios em iniciativas e práticas ambientais em 2023. Entre as práticas que receberam recursos, destacam-se resíduos sólidos (56,6%), reciclagem e reuso (51,3%), eficiência energética (44%) e recursos hídricos (40,2%).

Entre as atividades, 13 realizaram dispêndios acima da média da indústria (73,2%), com destaque para Fabricação de bebidas (92,6%), Fabricação de coque e produtos derivados (88,4%), Fabricação de produtos de fumo (87,6%), Fabricação de produtos químicos

(86,1%), Fabricação de máquinas, aparelhos e materiais (85,2%), metalurgia (84,8%), Indústrias extrativas (83,9%) e Preparação de couros e artefatos (80,7%).

Por outro lado, outras 13 atividades investiram abaixo da média. Manutenção, reparação e instalação de máquinas foi que teve o menor percentual (31,1%) de realização de dispêndios.

A MAIOR PARTE DAS EMPRESAS (88,6%) IMPLEMENTOU PRÁTICAS AMBIENTAIS PARA ATENDER À REGULAÇÃO

O atendimento às normas ambientais brasileiras foi o principal fator a influenciar as iniciativas e práticas ambientais, seguido por estratégia autônoma (87,7%) e influência de fornecedores e/ou clientes (63,9%). Atender a normas



ambientais de mercados externos foi apontado por 44,1% e influência da opinião pública/sociedade civil organizada foi citado por 44,9%.

98,7% DAS EMPRESAS COM PRÁTICAS AMBIENTAIS TIVERAM BENEFÍCIOS

Das 8.758 empresas com práticas ambientais, 8.642 (98,7%) reportaram ter tido benefícios com as iniciativas e práticas ambientais. O atendimento às normas legais foi o benefício mais citado (89,5%), seguido por eficiência operacional e redução de custos (84,4%), melhoria na reputação/imagem (78,8%) e relacionamento com o cliente (71,6%).

ALTOS CUSTOS DAS SOLUÇÕES AMBIENTAIS SÃO A MAIOR DIFICULDADE

Entre as 8.758 empresas com iniciativas e práticas ambientais, 7.669 (87,6%) revelaram ter enfrentado dificuldades nos projetos ambientais. Entre os fatores que mais dificultaram a implementação das iniciativas e práticas ambientais estão os altos custos das soluções ambientais, seguido por escassez de oferta de programas de apoio e fomento público e escassez de recursos financeiros das empresas. Os mesmos

Empresas que realizaram dispêndio relacionado às iniciativas/práticas ambientais (%)

Por atividades econômicas, para o total da indústria



Fonte: Pesquisa de Inovação Semestral - PINTEC 2023: Indicadores Temáticos - Práticas Ambientais e Biotecnologia. Estatísticas Experimentais. AGÊNCIA IBGE. IBGE



três fatores também foram apontados pelas empresas que não investem em iniciativas e práticas ambientais.

93,8% DAS EMPRESAS COLABORAM EM INICIATIVAS OU PRÁTICAS AMBIENTAIS

Entre as empresas que adotaram iniciativas ou práticas ambientais, 93,8% tiveram algum tipo de relação de cooperação, principalmente com clientes/consumidores (63,3%) e fornecedores (61,0%) e com consultores ou empresas de consultoria (59,3%).

96,1% DAS EMPRESAS COM ATIVIDADE DE BIOTECNOLOGIA INVESTEM EM PRÁTICAS AMBIENTAIS

Das 1.001 empresas que declararam

ter realizado alguma atividade associada ao uso, produção e P&D em biotecnologia, 962 (96,1%) também possuíam iniciativas ou práticas relacionadas aos temas ambientais investigados na pesquisa.

CRESCER O NÚMERO DE EMPRESAS QUE PUBLICAM RELATÓRIOS DE SUSTENTABILIDADE

Entre as empresas que mais publicaram relatórios de sustentabilidade, 36,7% pertenceram à indústria de Fabricação de bebidas, enquanto 69,6% das que integraram os critérios ESG (sigla em inglês para Environmental, Social and Governance, conceito que avalia o desempenho de uma empresa em três áreas: meio ambiente, social e gover-

nança) às suas estratégias corporativas fazem parte da indústria de Fabricação de produtos químicos. Já as certificadas pela ISO 14001 (norma internacional mais reconhecida para sistemas de gestão ambiental) ou normas correlatas, 61,5% das empresas estiveram presentes na indústria de Fabricação de veículos automotores, reboques e carrocerias.

“A adoção de alguma iniciativa e/ou prática ambiental nas empresas industriais é ampla. Setores mais regulados apresentam maior proporção de empresas atuando para diminuir impactos negativos no meio ambiente a partir de seus processos industriais. Vale destacar que, em geral, as práticas são realizadas a partir de um plano estruturado de ação e grande parte das empresas



Distribuição das empresas que realizaram dispêndio relacionado às iniciativas/práticas ambientais (%)

Por expectativa da evolução dos dispêndios em 2024 comparado a 2023



Fonte: Pesquisa de Inovação Semestral - PINTEC 2023: Indicadores Temáticos - Práticas Ambientais e Biotecnologia

Estadísticas Experimentais

AGÊNCIA IBGE

IBGE

realiza dispêndios nos temas materiais relacionados. Mais de 60% das empresas realizam pelo menos quatro temas materiais simultaneamente. Além disso, o atendimento às normas ambientais brasileiras foram, ao mesmo tempo, principal fator motivador para e principal benefício obtido pela adoção de iniciativas e práticas ambientais nas empresas. Porém, os altos custos e a escassez de apoio público foram as principais dificuldades enfrentadas. Há uma importante influência das regulações existentes, porém baixa influência dos incentivos, sobretudo o financiamento público”, resume Peixoto.

MAIS SOBRE A PESQUISA

De caráter experimental, a pesquisa – realizada em parceria com a Agência

Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI) e a Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ) – investigou uma amostra de 1611 empresas de médio e grande portes – acima de 100 pessoas ocupadas – das indústrias de transformação e extrativas. A PINTEC Semestral é relativa ao ano anterior ao da coleta, com duas investigações semestrais.

No primeiro semestre, investigam-se indicadores temáticos rotativos e, no segundo, indicadores básicos de inovação e P&D. Seu objetivo é complementar a tradicional Pesquisa de Inovação do IBGE (PINTEC) – já com sete edições realizadas de forma ampla a cada três anos, desde 2000, e que continuará a ser editada.

“O atendimento às normas ambientais brasileiras foram, ao mesmo tempo, principal fator motivador para o principal benefício obtido pela adoção de iniciativas e práticas ambientais nas empresas. Porém, os altos custos e a escassez de apoio público foram as principais dificuldades enfrentadas”

A portrait of Alexandre de Moraes, a Brazilian politician and judge, wearing a dark suit, a light-colored shirt, and a patterned tie. He is looking slightly to the left of the camera with a serious expression. The background is a soft, out-of-focus orange and red gradient.

Impeachment de Alexandre de Moraes e a ruptura democrática

“O processo de impeachment de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no Brasil, é um procedimento complexo que envolve várias etapas”

Por **Marcelo Aith**

No último dia 9 de setembro, congressistas da ala bolsonarista protocolaram novo pedido de impeachment contra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Alexandre de Moraes. O documento aponta os seguintes fatos para consubstanciar crime de responsabilidade: “Há

que se ressaltar que o ministro Alexandre de Moraes teria se valido do seu cargo para forjar provas ilegítimas e ilegais com o escopo de perseguição política, instauração de procedimentos judiciais, requisição de diligências, aplicação de medidas judiciais e, inclusive, sanções! Trata-se de um atentado à democracia, ao devido processo legal, à

instrumentalidade dos atos processuais e à segurança jurídica!”.

O processo de impeachment de um ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), no Brasil, é um procedimento complexo que envolve várias etapas. A Constituição, em seu artigo 52, inciso II, estabelece que compete ao Senado Federal processar e julgar os ministros

do STF nos crimes de responsabilidade. A Lei nº 1.079/1950, por seu turno, é a norma infraconstitucional que define os crimes de responsabilidade e regula o processo de julgamento. Os crimes de responsabilidade dos ministros do STF estão elencados, especificamente, no artigo 39 da Lei nº 1.079/1950.

Os principais crimes de responsabilidade que podem ser imputados a um ministro do STF são: exceder ou abusar das funções judiciais, exercendo o poder de forma arbitrária ou em desacordo com a legislação vigente (Exercício Arbitrário do Poder); proferir julgamento ou decisão manifestamente contrária ao texto expresso da Constituição ou das leis (Decisões em Desacordo com as Leis); deixar de garantir a observância das normas constitucionais e legais, especialmente em casos de grave violação de direitos fundamentais (Omissão em Proteger a Constituição); praticar atos que comprometam a honra, a dignidade e o decoro do cargo de ministro do STF (Conduta Incompatível com a Dignidade do Cargo); envolver-se em atos de corrupção ou aceitar vantagens indevidas em razão do cargo (Corrupção); interferir nas atribuições de outros poderes ou órgãos, violando o princípio da separação dos poderes (Interferência Indevida).

Embora no Brasil tenha adotado o sistema acusatório – atores diversos no processo para investigar, acusar e julgar –, o Regimento Interno do Supremo Tribunal Federal autoriza que, nas hipóteses elencadas no artigo 43 (RI – STF), o ministro presida as investigações e participe do julgamento.

Dessa forma, as requisições de informações e determinação de investigações dirigidas a outros órgãos do Judiciário, formuladas pelo ministro Alexandre de Moraes, para apurar o envolvimento de algumas pessoas nos atos de 8 de janeiro de 2023, em que pese pouco ortodoxas, estão dentro dos limites estabelecidos pelo Regimento Interno da Corte – norma com natureza de lei –, o que afastaria, em tese, as alegações deduzidas no pedido de impeachment protocolado pelos deputados e senadores bolsonaristas.

Na hipótese de o Senado Federal entender pela admissibilidade e processamento do pedido de impeachment, deverá seguir as regras procedimentais previstas no artigo 41 da Lei nº 1.079/1950.

“Não se pode esquecer que os processos de ruptura democrática se iniciam, invariavelmente, com o enfraquecimento do Poder Judiciário, como ocorreu na Hungria com o primeiro-ministro ditador Viktor Orbán, que é um dos grandes baluartes da extrema-direita. Orbán ensinou o caminho das pedras, arruinando a independência da Corte Constitucional”

Com efeito, o procedimento se inaugura com o oferecimento de uma denúncia formal, que pode ser apresentada por qualquer cidadão, apontando, fundamentadamente, indicando inclusive provas, que um ministro do STF cometeu crime de responsabilidade. A denúncia deve ser fundamentada e conter provas do alegado.

Após o protocolo, os autos são encaminhados ao presidente do Senado, que decide se autoriza ou não o processamento. Autorizando, é formada uma comissão especial, que terá a função de elaborar um relatório sobre a denúncia e aprovar, preliminarmente, se ela atende aos requisitos legais ou não. Após a elaboração do relatório, ele pode ser aprovado ou rejeitado. Se for aprovado por maioria simples (metade mais um dos presentes à comissão), o relatório é encaminhado ao Plenário do Senado para decidir sobre sua admissibilidade. Também por maioria simples, se o Plenário admitir o processo de impeachment, terá início o procedimento propriamente dito, com o afastamento cautelar do ministro por até 180 dias.

Não se pode olvidar que o ministro acusado tem o direito de apresentar defesa escrita e de ser ouvido durante o processo. O direito ao contraditório e à ampla defesa deve ser plenamente garantido.

Encerrada a instrução, o processo é levado a julgamento no plenário do Senado. Cumpre destacar, por oportunidade, que o quórum exigido para a aprovação do impeachment é de dois terços dos senadores. Aprovado o impeach-

ment, o ministro é imediatamente destituído do cargo e pode ser inabilitado para exercer funções públicas por até cinco anos.

Não há dúvida de que os crimes de responsabilidade são instrumentos essenciais para assegurar que os ministros do STF cumpram seus deveres com integridade e imparcialidade. A possibilidade de impeachment serve como um mecanismo de controle e equilíbrio, garantindo que o Poder Judiciário atue dentro dos limites constitucionais e legais, preservando a confiança pública no sistema judicial.

No entanto, temos que tomar muito cuidado para que não sirva de mecanismo para atacar desafetos políticos ou mesmo ministros da Suprema Corte que tenham posicionamento jurídico diverso. Oxalá os senadores tenham sabedoria para não criarem uma instabilidade institucional sem precedentes no país.

Não se pode esquecer que os processos de ruptura democrática se iniciam, invariavelmente, com o enfraquecimento do Poder Judiciário, como ocorreu na Hungria com o primeiro-ministro ditador Viktor Orbán, que é um dos grandes baluartes da extrema-direita. Orbán ensinou o caminho das pedras, arruinando a independência da Corte Constitucional para instaurar sua “democracia iliberal” e aumentou o número de assentos da Suprema Corte húngara de 11 para 15 juízes, nomeando os quatro novos postos com juízes aliados. Além disso, ele também aprovou mecanismos para forçar a aposentadoria dos juízes mais antigos da Corte, com o nítido propósito de se livrar daqueles que não estavam alinhados com suas posições conservadoras. Com essas e outras medidas, Orbán enfraqueceu o Judiciário húngaro, alterando o equilíbrio entre os Três Poderes.

As semelhanças das ações engendradas pelo ditador húngaro, objetivando enfraquecer a corte suprema daquele país, com as principais bandeiras defendidas pelos bolsonaristas, não são meras coincidências, mas métodos para a ruptura democrática. ●

***Marcelo Aith** é advogado criminalista. Mestre em Direito Penal pela PUC-SP. Latin Legum Magister (LL.M) em Direito Penal Econômico pelo Instituto Brasileiro de Ensino e Pesquisa – IDP. Especialista em Blanqueo de Capitales pela Universidade de Salamanca.



90% das terras indígenas da Amazônia enfrentam seca

Situação catastrófica tem levado à falta de alimentos e água e colocado em risco a vida de milhares de pessoas

Por **Jullie Pereira**

Em julho de 2024, 358 terras indígenas estavam em situação de seca, o que representa 92% dos territórios da região. Dentre elas, 17 enfrentam seca extrema. A InfoAmazonia conversou com indígenas de comunidades afetadas, que relatam longos trajetos para garantir sua subsistência.

Nove em cada dez terras indígenas (TIs) na Amazônia Legal foram atingidas pela seca em julho deste ano. Dos 388 territórios na região, 358 (92%) enfrentam o problema, que já impacta diretamente a rotina das populações indígenas. As comunidades têm enfrentado a necessidade de buscar água e alimentos, cruzando rios secos e percorrendo longos trajetos a pé.

Esse cenário foi constatado pela InfoAmazonia por meio de uma análise de dados exclusivos obtidos no Centro

Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden) e de entrevistas com indígenas de comunidades afetadas. Em julho do ano passado, 260 TIs foram atingidas, um número 37% menor do que o registrado no mesmo mês de 2024.

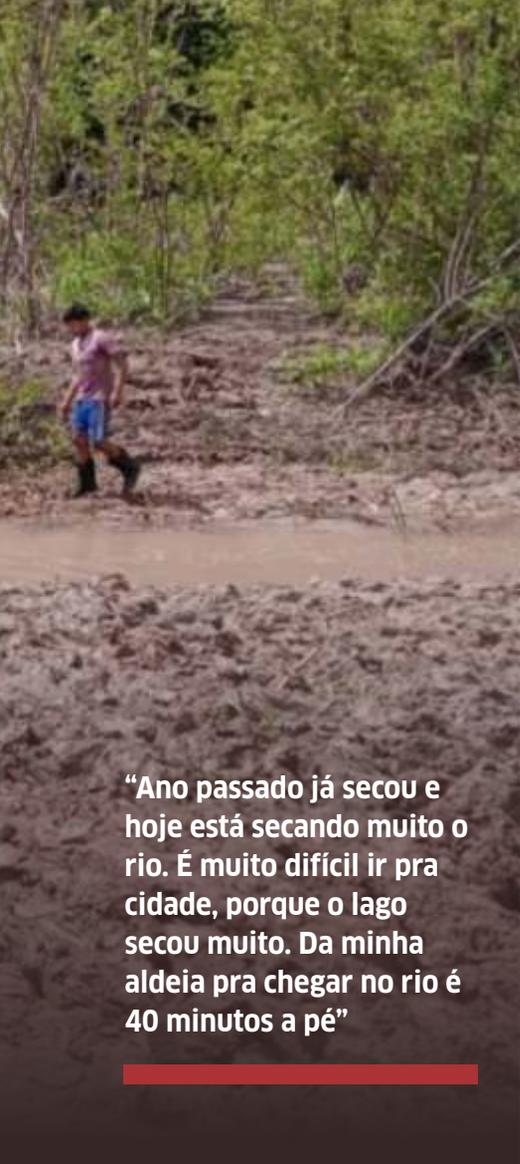
Além do aumento no número de territórios afetados pela seca, o problema também se intensificou. Segundo a classificação do Cemaden, em julho do ano passado, apenas uma TI foi classificada como “seca extrema”. Neste ano, esse número subiu para 17.

Somado a isso, 53,6% das TIs (192 no total) foram classificadas como seca severa em julho deste ano, enquanto 41% enfrentam seca fraca ou moderada. Já em 2023, 73,8% dos territórios (192) estavam em seca fraca ou moderada, e apenas 10,3% enfrentavam seca severa (27).

A SECA EXTREMA ÀS MARGENS DO RIO

O Amazonas é o estado da Amazônia Legal com o maior número de terras indígenas em situação de seca, totalizando 146. Depois, vem Mato Grosso, com 68, e o Pará, com 55. A TI Cacau do Tarauacá, no município de Envira (AM), a 1.206 mil km de Manaus, passou de uma situação de normalidade em julho de 2023, para uma seca extrema em julho de 2024.

O povo Kulina vive às margens do rio Tarauacá, afluente do rio Juruá, mas as embarcações já não conseguem mais navegar. Onde antes havia água, agora resta apenas lama. Eles tentam usar o que sobrou de um lago para construir um 'sangrador', cavando um caminho mais fundo e estreito no solo, técnica usada para que a água tenha altura suficiente para a passagem dos barcos.



“Ano passado já secou e hoje está secando muito o rio. É muito difícil ir pra cidade, porque o lago secou muito. Da minha aldeia pra chegar no rio é 40 minutos a pé”

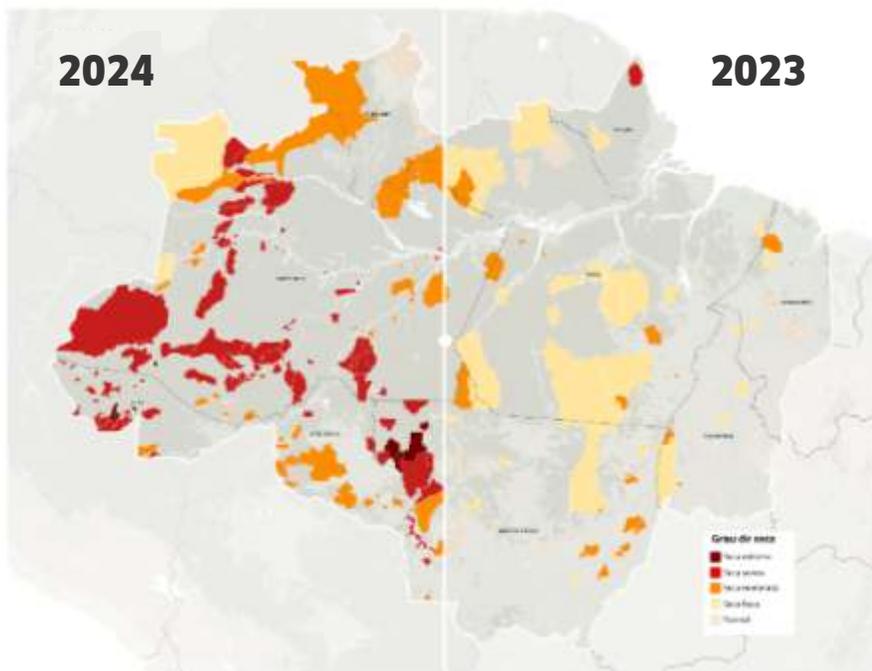
Além disso, estão improvisando pontes com pedaços de madeira, já que é impossível andar sem afundar no chão lamacento.

“Ano passado já secou e hoje está secando muito o rio. É muito difícil ir pra cidade, porque o lago secou muito. Da minha aldeia pra chegar no rio, é 40 minutos a pé”, conta o indígena Marcos Kulina.

Indígenas na TI Cacau do Tarauacá, no município de Envira (AM), vivem seca extrema e precisam andar longas distâncias para garantir comida. Eles usam toras de madeira para construir ponte e fazem 'sangrador' para ter altura suficiente para a passagem dos barcos.

Essa locomoção difícil é o principal desafio a ser vencido contra a fome. “Nós temos um poço que fizemos com o nosso dinheiro, juntamos nossos recursos e, por isso, hoje ainda temos água.

Número de terras indígenas na Amazônia sob seca aumentou 37% em julho de 2024



Mas estamos passando necessidade de alimentação, porque sem o rio falta peixe”, completa Marcos.

O peixe, um dos principais alimentos para quem vive na Amazônia, fica mais raro. Os indígenas são obrigados a sair do território a pé e comprar comida no município mais próximo. Além disso, a produção do roçado também é severamente impactada, prejudicando o crescimento de culturas como a mandioca e a banana.

Maria Cordeiro, conhecida como Mariazinha Baré, é presidente da Articulação das Organizações e Povos Indígenas do Amazonas (Apiam) e diz que a maior preocupação é abastecer as comunidades mais distantes. “Estou recebendo a ligação de parentes que estão com dificuldade para se locomover, dificuldade com alimentação, com água e com a saúde. Estamos fazendo um mapea-

mento e entrando em contato com as lideranças”, explica.

Os indígenas que conseguem andar quilômetros até o mercado mais próximo entram em contato com produtos industrializados e fora do cardápio tradicional. Por isso, a Apiam está fazendo a aquisição de alimentos produzidos nas terras indígenas que ainda não sofrem com a seca extrema no Amazonas. A ideia é redistribuir a produção para as comunidades mais afetadas. De acordo com Mariazinha Baré, isso vai ocorrer por meio de uma ação com a Companhia Nacional de Abastecimento (Conab), empresa pública vinculada ao Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa). As tratativas estão sendo feitas com apoio do Ministério Público Federal (MPF).

“Precisamos valorizar a soberania alimentar desses povos. Nesse período

“Nós temos um poço que fizemos com o nosso dinheiro, juntamos nossos recursos e, por isso, hoje ainda temos água. Mas estamos passando necessidade de alimentação, porque sem o rio falta peixe”

difícil de mudanças climáticas, a gente tem que buscar alternativas para produzir, comercializar e fornecer alimentos de qualidade. Uma vez que a gente só foca nos produtos industrializados, a tendência é ter mais doenças e aumentar a desnutrição”, explicou a presidente da Apiam.

FALTA DE ÁGUA POTÁVEL

De acordo com os dados da Secretaria de Saúde Indígena (Sesai), 2,8 mil aldeias indígenas na Amazônia Legal não têm estrutura de abastecimento de água. No Amazonas, onde existem mais territórios em condição de seca, está o Distrito Especial Indígena (Dsei) Alto Rio Solimões, que apresenta o pior nível de abastecimento de água em todo o país. São 32,5 mil pessoas sem acesso a poço ou caminhão pipa para fornecer água.

Beto Fernandes Torres, do povo Tikuna, leciona línguas e literatura e mora na TI Tikuna Feijoal, no município de Benjamin Constant, a 1,5 mil km de Manaus. A terra indígena está classificada como seca moderada pelo Cemaden e é atendida pelo Dsei Alto Rio Solimões.

A TI Tikuna Feijoal é um dos casos que a Apiam tenta ajudar a levar alimentos. Isso porque, na prática, a locomoção também é quase impossível, segundo Torres, levando à falta de água e comida. Segundo ele, o horário das aulas na escola já foi reduzido, “porque a merenda não está chegando: nós realmente estamos enfrentando a seca. Estamos tendo uma dificuldade para chegar ao município de Benjamin Constant e ter alimentos. Para sair da nossa comunidade tem que pegar uma canoa e passar dois dias ou três dias viajando”.

Mariazinha Baré, da Apiam, afirma que o Estado já poderia ter iniciado as ações de apoio e prevenção às comunidades antes de a seca chegar, com a implementação de mais poços artesanais e captação de água nas comunidades. “[O Estado deveria] identificar aquelas [comunidades] que mais precisam, estocar alimentos que durem mais tempo, como a farinha e a tapioca”, diz.

A InfoAmazonia questionou o governo do Amazonas, a Fundação dos Povos Indígenas (Funai) e o Ministério dos Povos Indígenas (MPI) para saber quais ações estão sendo feitas para reduzir os danos da seca às populações



“Nós temos um poço que fizemos com o nosso dinheiro, juntamos nossos recursos e, por isso, hoje ainda temos água. Mas estamos passando necessidade de alimentação, porque sem o rio falta peixe”

indígenas da Amazônia Legal, mas não houve resposta até a data de publicação desta reportagem.

SECA NA AMAZÔNIA

A descida do nível dos rios é comum nesta época do ano, caracterizada pela estiagem (a estação seca na Amazônia oriental acontece normalmente de julho a outubro), mas a Amazônia enfrentou um déficit de precipitação ainda no primeiro semestre, período que costuma ser a estação chuvosa da região. Isso ocorreu por efeito do El Niño, fenômeno caracterizado pelo aquecimento anormal do oceano Pacífico na linha do Equador, que, em combinação com o aquecimento do oceano Atlântico Norte, inibiu a formação de nuvens e gerou

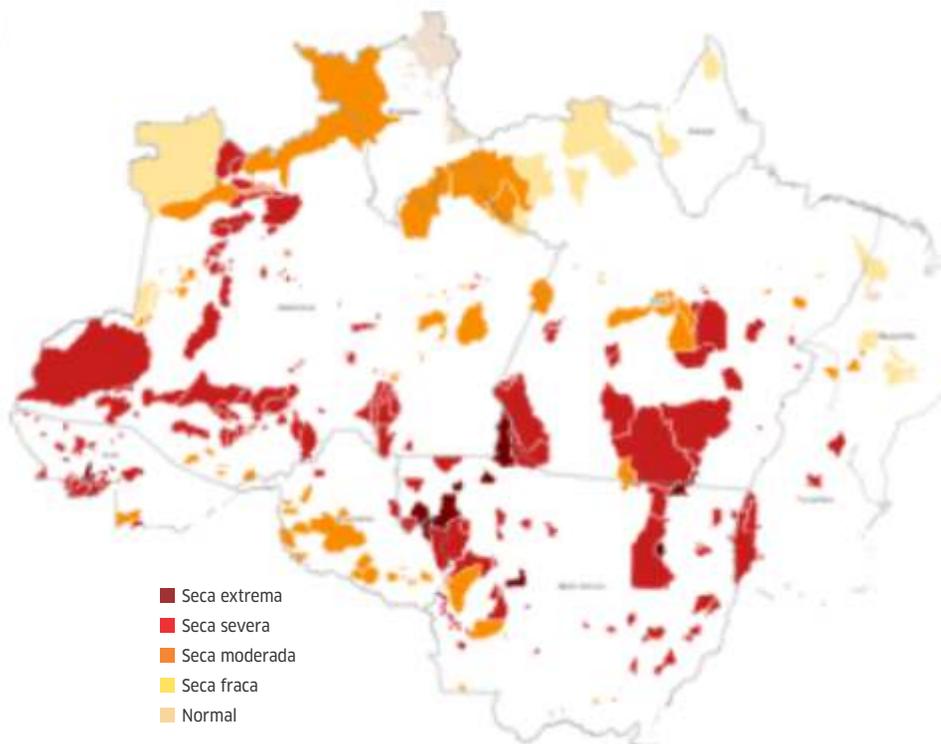
a maior seca na região amazônica.

O pesquisador Renato Senna, do Instituto Nacional de Pesquisas da Amazônia (Inpa), explica que a tendência é piorar. “A gente continua ainda com precipitação muito abaixo do que deveria estar acontecendo. Agora, a gente está entrando no período de seca, os meses de julho e agosto normalmente são meses de pouquíssima precipitação na Amazônia de uma forma geral, é normal acontecer. Só que a seca já vai encontrar as bacias e os rios em condições de deficiência”.

Apesar da urgência do tema, o governo federal ainda está desenvolvendo um plano nacional de adaptação climática, que incluirá um setor específico para povos indígenas e deverá ser



92% das terras indígenas da Amazônia são atingidas por seca em julho de 2024



apresentado apenas em 2025. O MPI disponibilizou um formulário online para que os cidadãos possam contribuir, preenchendo dois campos sobre os seguintes temas: “Quais são os principais impactos da mudança climática que o ‘Plano Clima Adaptação: Povos Indígenas’ deve enfrentar?” e “Quais ações de adaptação à mudança climática você acha que devem ser incluídas no ‘Plano Clima Adaptação: Povos Indígenas’ para promover a justiça climática?”.

Dos nove estados da Amazônia Legal, cinco têm Secretaria de Povos Indígenas. Amazonas, Mato Grosso e Maranhão não têm pastas dedicadas às populações tradicionais.

No Acre, foram registradas 31 terras indígenas com algum grau de seca, sendo 27 delas em seca severa. No mesmo período, em julho do ano passado, eram 13 enfrentando a seca – um aumento de 107%. Francisca Arara, secretária da Secretaria Extraordinária de Povos Indígenas (Sepi), explica que está focada em conseguir recursos dos fundos de atenção ambiental e climáti-

ca para conseguir dar conta dos projetos que precisam ser implementados no estado. A médio prazo, os planos incluem a recuperação da capacidade produtiva das terras indígenas, com equipamentos e estudos de restauração, a reconstrução de casas e malocas que foram atingidas pelos eventos extremos, e a garantia da segurança alimentar. De forma emergencial, o objetivo é distribuir cestas básicas e água potável.

“É urgente que os doadores, dos comitês, dos governos, entendam o que nós estamos enfrentando. Por incrível que pareça, os povos indígenas que mantêm as florestas é que estão sofrendo mais os impactos dos extremos. Aqueles que moram perto de estradas e municípios têm mais chance de sobreviver, mas quem vive mais distante fica muito vulnerável, estamos sofrendo isso na pele”, diz a secretária.

COMO ANALISAMOS A SECA NAS TERRAS INDÍGENAS DA AMAZÔNIA?

Nesta reportagem, analisamos dados do Índice Integrado de Seca (IIS) do

Centro Nacional de Monitoramento e Alertas de Desastres Naturais (Cemaden), para as terras indígenas na Amazônia Legal em julho de 2023 e julho de 2024. Os dados foram disponibilizados pelo Cemaden a pedido da InfoAmazônia e os limites dos territórios são fornecidos pela Funai.

O Índice Integrado de Seca (IIS) consiste na combinação do Índice de Precipitação Padronizada (SPI), a Água Disponível no Solo (ADS) juntamente com o Índice de Suprimento de Água para a Vegetação (VSWI) ou com o Índice de Saúde da Vegetação (VHI), ambos estimados por sensoriamento remoto. O IIS possui as seguintes classes: condição normal (6), seca fraca (5), seca moderada (4), seca severa (3), seca extrema (2) e seca excepcional (1).

Foi considerado o IIS1, que considera os dados somente de um mês, para o mês de julho de 2023 e 2024. ●

Esta reportagem foi produzida pela Unidade de Geojornalismo InfoAmazônia, com o apoio do Instituto Serrapilheira.

Governo lança plano de igualdade salarial entre mulheres e homens

Previsão orçamentária federal é de R\$ 17 bi para ações de ampliação e permanência das mulheres no mercado de trabalho, ascensão a cargos de direção e gestão

Por **Daniella Almeida**, da Agência Brasil

Os ministérios das Mulheres e o Ministério do Trabalho e Emprego (MTE) lançaram, em Brasília, o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens, com ações voltadas à ampliação e permanência das mulheres no mercado de trabalho, ascensão a cargos de direção e gestão; e, também, ao enfrentamento às discriminações no ambiente de trabalho.

A previsão orçamentária do governo federal para execução do plano é de R\$ 17 bilhões.

O anúncio ocorreu durante a divulgação do 2º Relatório de Transparência Salarial, que aponta que trabalhadoras mulheres ganhavam, em 2023, 20,7% menos do que os homens, em mais de 50 mil empresas com cem ou mais empregados, no Brasil.

No evento, a ministra das Mulheres, Cida Gonçalves, explicou que o plano inédito tem como item principal a qualificação das mulheres para estarem em espaços, onde, atualmente, elas não estão, como postos de direção e gestão.

“Precisamos ter decisão das empresas de nos ajudar a fazer isso. Não queremos entrar na Justiça, não queremos brigar, fazer guerra. Nós queremos

discutir conjuntamente com as empresas. E há um grande espaço para fazer esse debate.”

O Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens pode ser acessado neste endereço.

PLANO DE IGUALDADE SALARIAL

Ao todo, o Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens tem 79 ações que consideram as desigualdades entre mulheres e homens no mundo do trabalho, considerando questões de raça e etnia, geracional e capacitismo.

AS AÇÕES ESTÃO DIVIDIDAS EM TRÊS EIXOS:

1. Acesso e ampliação da participação das mulheres no mundo do trabalho, com 36 ações de enfrentamento às barreiras que impedem as mulheres de acessar o mundo do trabalho em condições de plena igualdade;

2. Permanência das mulheres nas atividades laborais, com 19 ações para reduzir os obstáculos à permanência das mulheres e promover políticas de compartilhamento das responsabilida-

des familiares; e

3. Ascensão e valorização profissional das mulheres no mundo do trabalho, com 24 ações que visam estimular e criar oportunidades para mulheres jovens acessarem carreiras vinculadas às ciências exatas, como ciências, engenharias e matemática.

As ações também abordam aspectos étnico-raciais e da divisão sexual do trabalho, ou seja, das responsabilidades familiares pelas atividades de cuidado com outras pessoas.

A secretária nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, Rosane da Silva, enfatizou que a promoção da igualdade entre mulheres e homens no mercado de trabalho precisa da interação entre o poder público, as empresas, a sociedade civil e o movimento sindical, para cobrarem o cumprimento da legislação que determina igualdade salarial de gênero para o mesmo trabalho. “Para a gente conquistar um país democrático, a gente precisa que as mulheres estejam em todos os lugares, foi nesse sentido que a gente construiu esse plano”.

O acompanhamento, monitoramen-



**"Não queremos entrar na justiça, não queremos brigar, fazer guerra. Nós queremos discutir conjuntamente com as empresas".
Ministra das Mulheres, Cida Gonçalves.**

to e avaliação do conjunto de ações deste plano serão feitos por um comitê gestor coordenado pelos ministérios das Mulheres e do Trabalho e Emprego e composto, também, pelas pastas dos Ministérios do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (Mdic), Ministério da Igualdade Racial (MIR) e Ministério dos Direitos Humanos e da Cidadania (MDHC).

GRUPO DE TRABALHO INTERMINISTERIAL

O Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens é resultado da construção coletiva feita pelo Grupo de Trabalho Interministerial (GTI), criado em 2023, formado por 11 ministérios, com participação de representantes de entidades sindicais, do setor empresarial, de instituições públicas e universidades. "Ajudamos executar esse plano, para que tenhamos uma sociedade democrática, o que significa ter mulheres ocupando todos os espaços, com igualdade no

trabalho, o que é fundamental", convocou a secretária nacional de Autonomia Econômica e Política de Cuidados do Ministério das Mulheres, Rosane da Silva.

No evento, a representante da Central dos Sindicatos brasileiros (CSB), Maria Abadia de Souza, afirmou que a demanda da Igualdade salarial entre homens e mulheres é uma luta antiga das mulheres trabalhadoras e, por isso, as centrais sindicais estarão mobilizadas para fiscalizar o cumprimento da lei de Igualdade Salarial entre homens e mulheres e do plano lançado.

"A lei e o plano são passos importantes que precisam ser acompanhados para a gente conseguir essa igualdade. Sabemos que há muito a ser feito, então, a luta não termina aqui", disse a sindicalista.

COMPROMISSOS INTERNACIONAIS

A promoção da igualdade de gênero no trabalho também está prevista no

quinto Objetivo de Desenvolvimento Sustentável (ODS) das Nações Unidas(ONU), para 2030, assumido pelo governo do Brasil. A meta é inserir as mulheres e promover a autonomia econômica, sobretudo das jovens, negras e em situação de pobreza, nas políticas de desenvolvimento econômico e social, contribuindo para a superação da fome e da pobreza.

Os desafios foram assumidos pelo governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva, na presidência rotativa do Brasil do G20, mais especificamente no Grupo de Trabalho de Empoderamento de Mulheres e no Grupo de Trabalho sobre Emprego. O G20 é composto pelos 19 países mais desenvolvidos do globo e dois órgãos regionais, a União Africana e a União Europeia.

O lançamento do Plano Nacional de Igualdade Salarial e Laboral entre Mulheres e Homens ocorreu no Dia Internacional da Igualdade Salarial, instituído pela ONU, em 2019. A representante da ONU Mulheres para o Brasil, Ana Carolina Querino, exaltou o lançamento do plano pelo governo federal.

"O lançamento representa a articulação e mobilização necessárias para poder transformar as relações culturais"

A Inconfidência Mineira através da poesia de Cecília Meireles

Previsão orçamentária federal é de R\$ 17 bi para ações de ampliação e permanência das mulheres no mercado de trabalho, ascensão a cargos de direção e gestão

Por **Claudia Costa**, do Jornal da USP

Para aqueles que acreditam que poesia é só ficção, aqui está um caso de pesquisa criteriosa sobre um fato histórico em forma poética: *Romanceiro da Inconfidência*, da escritora carioca Cecília Meireles (1901-1964). O livro integra a lista de leituras exigidas para o vestibular da Fuvest (Fundação Universitária para o Vestibular), que seleciona os candidatos a ingressar nos cursos da USP.

Segundo a professora Norma Seltzer Goldstein, do Departamento de Letras Clássicas e Vernáculas da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas (FFLCH) da USP, especialista em Cecília Meireles, “a poetisa, como gostava de ser chamada, dedicou dez anos da sua vida para consultar fontes históricas e recuperar todo o conjunto de acontecimentos que envolveu a Inconfidência Mineira”.

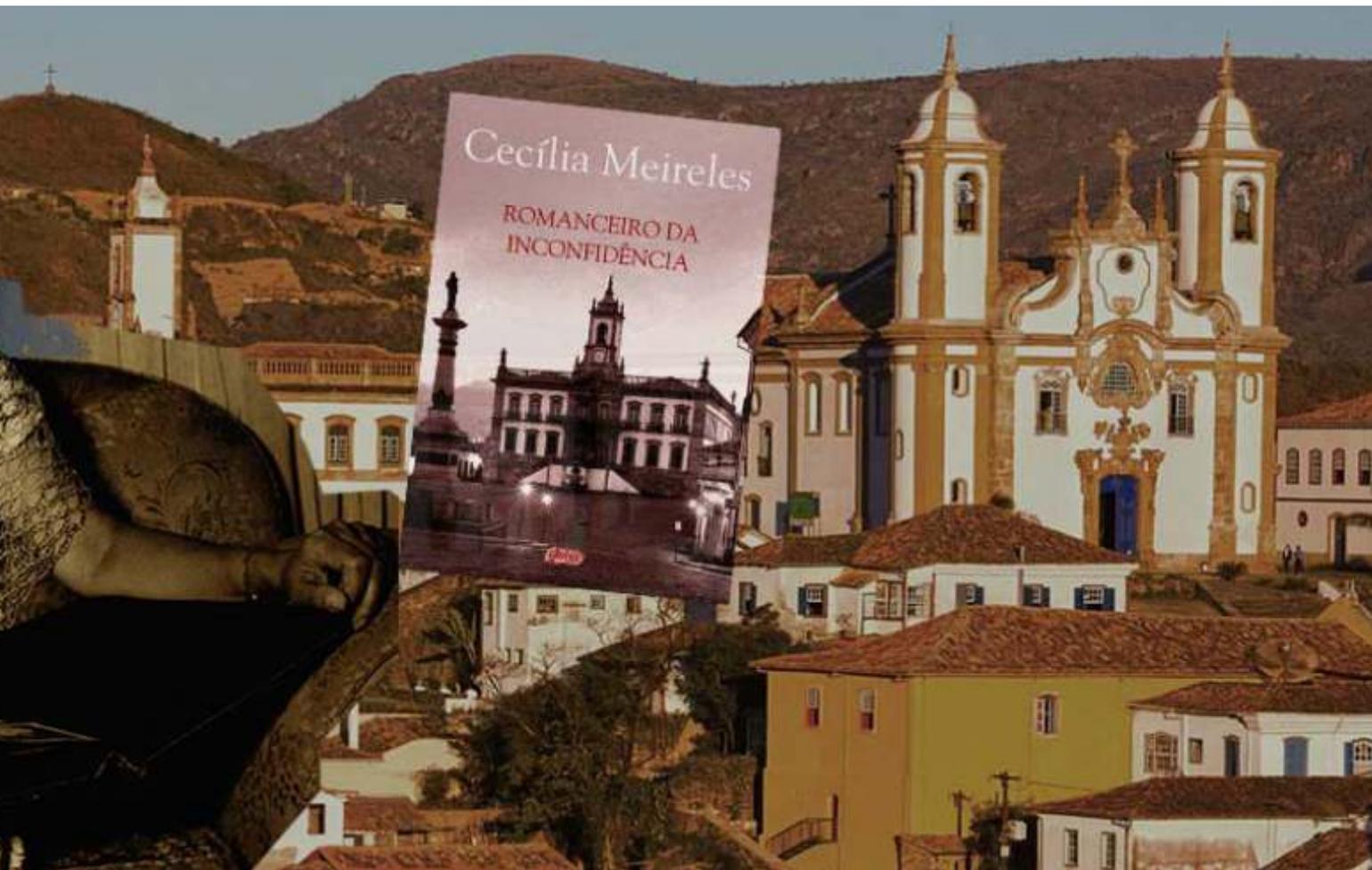
Além disso, a escritora estudou as formas poéticas medievais, escolhendo o formato romanceiro, poema narrativo, com um assunto histórico e de caráter popular. Outra extensa pesquisa, diz a professora, envolveu os poetas do Arcadismo, um movimento literário contemporâneo aos eventos da Inconfidência Mineira, que tem entre suas características o bucolismo, a idealização da natureza e o interesse por problemas sociais. “E, dentre os árcades, ela se deteve sobretudo em Tomás Antonio Gonzaga, do qual ela retoma o estilo, alguns versos e alguns termos”, relata Norma, autora de vários trabalhos sobre Cecília Meireles, entre eles, *Roteiro de Leitura do Romanceiro da Inconfidência*, publicado em 1998 pela Editora Ática e atualmente esgotado.

“Quando lemos *Romanceiro da Inconfidência*, percebemos um diálogo com três épocas: a época da autora, que

escreve em meados do século 20, a época dos fatos relatados, em meados do século 18, e a era medieval, que é o berço do gênero romanceiro, um relato popular em versos”, destaca a professora, acrescentando que há ainda uma quarta época: a do leitor de hoje, no século 21.

Mas por que Cecília Meireles não escolheu o poema épico? A professora explica que nesse gênero é exigida a presença de um herói e Tiradentes foi um mártir. Para Norma, a imagem do inconfidente alimentou os movimentos posteriores em razão do mito que se tornou ao assumir sozinho a culpa pela revolta contra a Coroa, inocentando todos os outros envolvidos nela. “Ele foi preso, enforcado em praça pública, e seu corpo foi esquartejado e esparramado por várias partes da cidade. Essa não era a figura de um herói. Mas, por outro lado, tornou-se um mito da liberdade, e





“Quando lemos Romanceiro da Inconfidência, percebemos um diálogo com três épocas: a época da autora, que escreve em meados do século 20, a época dos fatos relatados, em meados do século 18, e a era medieval, que é o berço do gênero romanceiro, um relato popular em versos”

acabou sendo um mártir heroico. Mas o relato de fatos populares caberia muito melhor no gênero romanceiro do que no gênero poema épico”, ressalta a professora.

Em relação à composição dos poemas, Norma Goldstein destaca que, no romanceiro em geral, os poemas são curtos e as rimas podem ser regulares ou irregulares. Na obra de Cecília Meireles, destaca a professora, há uma grande quantidade de composições em versos curtos, com ou sem rimas, com rimas regulares e irregulares, colocadas em posições que não seguem uma métrica nem simetria. A obra se organiza em várias partes: romances, cenários e falas. Como explica a professora, é um conjunto de romances basicamente narrativos, entremeados de falas, uma espécie de manifestação do narrador que se dirige a personagens por vezes, e cenários descritivos, que levam o leitor

à Vila Rica – hoje Ouro Preto, em Minas Gerais – do século 18. “Em Ouro Preto, temos a impressão de estar vendo alguns dos cenários da Cecília Meireles”, complementa.

LIVRO TRAZ TIRADENTES COMO UMA “FIGURA DE SONHO”

Encabeçando o movimento de libertação da colônia brasileira contra a metrópole portuguesa, o dentista e alferes Joaquim José da Silva Xavier, o Tiradentes, procurava atrair mais pessoas para a conspiração, mas os planos foram abortados antes de colocados em

prática por causa do delator Joaquim Silvério dos Reis, que denunciou a conspiração dos inconfidentes, em 1789.

Como reitera a professora Norma Goldstein, o mais importante sobre a figura de Tiradentes é que ele assumiu a culpa de tudo para salvar as outras pessoas. Assim, tem-se a figura positiva de Tiradentes e a figura negativa de Silvério dos Reis. Segundo a professora, apesar de a Coroa portuguesa sair vitoriosa, desbaratando a conspiração e prendendo o responsável, Tiradentes ganhou a simpatia do povo brasileiro,



“Ele [Tiradentes] foi preso, enforcado em praça pública, e seu corpo foi esquartejado e esparramado por várias partes da cidade. Essa não era a figura de um herói. Mas, por outro lado, tornou-se um mito da liberdade, e acabou sendo um mártir heroico”



criando um paradoxo na história. “O morto ganhou a simpatia dos brasileiros de todas as épocas, tornou-se mito e bandeira de todo movimento libertário posterior, com o lema *Libertas quae sera tamen* (‘Liberdade ainda que tardia’), que ecoa por toda a história do Brasil”, conta.

A professora cita um trecho da Fala Inicial do Romanceiro da Inconfidência, que mostra a figura de sonho que seria Tiradentes:

*O passado não abre a sua porta
e não pode entender a nossa pena.
Mas, nos campos sem fim que o
sonho corta,
vejo uma forma no ar subir serena:
vaga forma, do tempo desprendida.
É a mão do Alferes, que de longe
acena.
Eloquência da simples despedida:
“Adeus! que trabalhar vou para
todos!...”
(Esse adeus estremece a minha
vida.)*

Cecília Meireles

Outras duas passagens são destacadas pela professora. Uma delas se refere ao fato de que, em busca de ouro, a

Coroa portuguesa tentava lançar no Brasil o imposto chamado Derrama, o que é abordado no Romance II ou do Ouro Incansável. “Naquele momento o ouro era a cobiça”, afirma. O outro trecho selecionado pela professora, o Romance XXIV ou da Bandeira da Inconfidência, aborda a conspiração.

A professora cita dois tipos de figuras de linguagem muito presentes na poesia de Cecília Meireles e na poesia do século 18: a metonímia (a exemplo do que ocorre no Romance XXIV) e a metáfora.

Em relação às personagens femininas de Romanceiro da Inconfidência, a professora cita Chica da Silva, que se tornou tema de filme estrelado por Walmor Chagas e Zezé Motta; Bárbara Heliadora, “talvez a mais simpática e mais forte das mulheres, cujo marido também era inconfidente e poeta”; e Marília de Dirceu, a mais famosa, que dá nome ao poema de Tomás Antonio Gonzaga e chorou pela partida do amado. “É muito comovedor saber que ela morreu para a vida no momento em que Gonzaga foi preso. Ela passou a ficar curvada, envelhecida, e foi até o fim da vida consumindo-se de tristeza pela perda do seu amor. Se existe morrer de amor, é o caso de Marília”.

A obra de Cecília Meireles ainda rendeu muitos desdobramentos, com vários filmes e peças teatrais. Um filme “muito interessante”, segundo a professora, é uma adaptação da trama, em que um grupo de jovens exige mudanças na universidade onde estudam, em Ouro Preto. Esse filme ganhou uma canção de Chico Buarque de Holanda, que retomou duas partes da obra de Cecília Meireles, o Romance XXXI ou de Mais Tropeiros e o Romance LIX ou da Reflexão dos Justos, para musicar sua homenagem aos inconfidentes. Os Inconfidentes foi gravada em 1970 por Chico Buarque e pelo grupo MPB4, no álbum Chico Buarque de Holanda – N° 4, relançado nos anos 1980 pela Polygram.

Para a professora, Romanceiro da Inconfidência pode ser lido de muitas formas. “É possível ler cada romance como autônomo, um conjunto de romances e a obra inteira. O leitor não precisa necessariamente ler direto da primeira à última página. Ele pode escolher cada conjunto de romances pelo assunto. Sua sugestão para os vestibulandos é que leiam os blocos de romance, e não do começo ao final. Porque, lendo os blocos e fazendo pausas, podem fazer leituras e reflexões. “Isso deixa a leitura mais leve, mais suave”.

**Você sabia que antes
de contratar nosso
sistema de alarme,
você recebe a visita
de um de nossos
especialistas de
segurança?**

 **NEWLINE**
SISTEMAS DE SEGURANÇA

INCÊNDIO FLORESTAL TAMBÉM É SUA RESPONSABILIDADE

O Governo de MT
está preparado para
combater as queimadas.
Faça sua parte.

Denuncie

193

Novo período proibitivo

Cerrado e
Amazônia 01/07 a 30/11

Pantanal 17/06 a 31/12



Governo de
**Mato
Grosso**